

3.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradora-Geral de Justiça

ANA IVANETE DOS SANTOS



Natural de Jequitinhonha, Minas Gerais, nascida em 20/07/1939, filha de Epaminondas Alves dos Santos e Ana Isaura dos Santos, Ana Ivanete dos Santos é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1964).

Ingressou no Ministério Público de Minas Gerais pelo XII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público, tomando posse em 14/02/1967, atuando como Promotora de Justiça nas comarcas de Medina (1967-1968), Cabo Verde (1968-1970), Itaguara (1970-1971), Bonfim (1971-1979), Pedro Leopoldo (1979-1980), Contagem (1980-1982) e, posteriormente, em Belo Horizonte (1982-1989).

Foi promovida a Procuradora de Justiça em 16/03/1989.

No âmbito administrativo, exerceu funções de destaque na instituição: foi Assessora da Corregedoria-Geral de 02/10/1998 a 15/01/2002 e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde/Transtornos Mentais de 19/10/2002 a 17/03/2006.

Assumiu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais em três oportunidades, todas por transição: de 25/10/2002 a 09/12/2002, de 09/12/2004 a 19/12/2004 e de 19/10/2006 a 04/12/2006.

Aposentou-se a pedido em 07/01/2009.

Sua atuação, especialmente no campo da saúde mental, foi reconhecida inclusive por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que atribuíram a ela avanços concretos em processos de desospitalização e de retorno de pessoas com transtornos mentais ao convívio social e familiar — evidenciando seu compromisso institucional com a garantia de direitos, com a transformação social e com uma atuação humanizada no Ministério Público de Minas Gerais.

Corregedora-Geral e Ouvidora-Geral

RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO



Ouropretana e sabarense de coração, Ruth Lies Scholte Carvalho graduou-se em Filosofia pela Faculdade Belo Horizonte em 1970 e em Direito pela UFMG em 1971, tendo também se formado em Letras no mesmo ano. Antes de ingressar no Ministério Público, foi professora de Português e Francês nos Colégios Anchieta e São Luiz, em Belo Horizonte, entre 1967 e 1970, e exerceu advocacia de 1971 a 1983. Ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em 19/11/1984 (XVIII concurso), atuando como Promotora de Justiça nas comarcas de Espinosa, Mateus Leme, Caeté, Contagem e Belo Horizonte, sendo a primeira mulher promotora titular do Tribunal do Júri da capital mineira. Em 01/10/1993 foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça.

Em sua trajetória institucional, exerceu funções de elevado significado: foi Corregedora-Geral do Ministério Público (22/12/1995 a 13/11/1997), primeira mulher a ocupar esse cargo; integrou o Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, entre 2005 e 2007, como primeira representante do MPMG na composição inaugural; foi Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica (15/09/2008 a 07/02/2009) e Ouvidora-Geral do MPMG (09/10/2012 a 08/10/2016), com duas gestões consecutivas. Na AMMP, ocupou cargos de diretora administrativa (2001 a 2003) e vice-presidente (2003 a 2005). Foi também a primeira mulher presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP).

Coordenou a elaboração do Manual Prático do Promotor de Justiça, adotado em diversos estados. Foi agraciada com condecorações, entre elas a Medalha da Inconfidência. Reconhecida como defensora da política de “voicificação”, concebendo a Ouvidoria como porta de acesso à cidadania e último refúgio na defesa de direitos, tornou-se referência nacional e inspiração para gerações de mulheres. Foi homenageada pelo MPMG e pela AMMP, tendo seu retrato inaugurado na galeria do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Aposentou-se a pedido em 18/09/2020.